



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

Salto, 7 de abril de 2026

RELATÓRIO Nº 04

RELATÓRIO DA REUNIÃO PÚBLICA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E FEMINICÍDIO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO NO MUNICÍPIO - 31/03/2026 - 18H

INTRODUÇÃO

Na terça-feira-feira, 31 de março de 2026, a Câmara Municipal de Salto realizou uma reunião pública focada no tema; violência contra a mulher e feminicídio: desafios e estratégias de prevenção no município. O evento foi promovido pela Comissão de Organização, Bens, Serviços, Saúde, Educação, Cultura, Servidores, Meio Ambiente e Administração.

A reunião foi conduzida pela vereadora Graziela Costa Leite e contou com a presença dos vereadores Arildo Guadagnini, Edemilson Pereira dos Santos, Michel Oliveira Rodrigues da Silva, Almir de Melo Santos e Rogério dos Santos Filho.

Compuseram a mesa e registraram presença: Analice Machado, representante do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Anna Noronha, cidadã; Heide Rodrigues, integrante do Conselho da Diversidade e do Conselho da Juventude; Júlia Fabiana, do Conselho da Diversidade; Zuleide Rufino, do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial; Marilena Matiuzzi, do Conselho Municipal de Políticas Culturais; Maria Eliene, guarda municipal e integrante da Patrulha Maria da Penha; Andrea Dias Ferreira, presidente da OAB Salto; Daiane Ciqueira, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Cláudia Cardoso Barichello Rodrigues, secretária de Ação Social e Cidadania; Lucas Bett, do Conselho da Diversidade; Lígia Fanchini, do Conselho da Diversidade; Natália Aguiar, do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial; e Suellen Amaral, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

CONTRIBUIÇÕES

A vereadora Graziela Costa Leite abriu a audiência apresentando dados alarmantes sobre a realidade de Salto. Ela contextualizou a urgência da pauta através de estatísticas



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

nacionais, informando que em 2024 foram registrados 92 feminicídios no Brasil, número que saltou para 1.568 em 2025, representando um aumento de 4,7% e um recorde histórico. No estado de São Paulo, o cenário é ainda mais grave, com aumento de 96,4% nos casos de feminicídio entre 2021 e 2025, passando de 136 para 270 vítimas. Em Salto especificamente, apresentou dados que indicam demanda real incompatível com a ideia de falta de necessidade: aproximadamente 200 mulheres com medidas protetivas ativas utilizando o botão do pânico ligado à Guarda Municipal, estimativa anual de 400 a 500 registros de ameaça, 250 a 350 de lesão corporal dolosa, 150 medidas protetivas solicitadas e 30 a 50 casos de estupro de vulnerável. A vereadora destacou que a Casa da Mulher Saltense encontra-se fechada e desativada sem demonstração técnica robusta ou política substitutiva equivalente, resultando em atendimento especializado fragilizado. Apontou também a ausência de delegacia da mulher 24 horas, equipe multidisciplinar insuficiente e falta de abrigo seguro e sigiloso para mulheres em alto risco. Graziela enfatizou que a prevenção permanece pulverizada entre diferentes secretarias sem integração adequada. Sua contribuição gerou resposta do poder público através da Secretária de Ação Social, que reconheceu os desafios e apresentou ações em andamento, como a inauguração de novo espaço para a Delegacia da Mulher prevista para final de abril ou início de maio, e a busca por acordo de colaboração para acolhimento de mulheres em finais de semana e períodos noturnos. A vereadora também propôs que vereadores destinassem parte de suas emendas impositivas para constituir orçamento para uma Secretaria da Mulher em 2027, sugestão que foi acolhida como possibilidade viável.

Suelen Amaral, representando o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, iniciou sua fala reforçando que a reunião não foi espontânea, mas resultado de deliberação coletiva do conselho diante do crescente número de feminicídios. Informou que o conselho havia enviado ofícios tanto à Câmara quanto à prefeitura solicitando posicionamento e informações sobre políticas públicas existentes. Destacou a importância de estarmos reunidas em espaço com representantes de diferentes áreas, lamentando a ausência de algumas autoridades convidadas, e enfatizou que políticas públicas eficazes se constroem de forma integrada e intersetorial. Suelen trouxe reflexão sobre a necessidade de indignação proporcional ao problema, questionando por que homens não demonstram a mesma indignação com violência contra mulheres como demonstram com questões triviais. Registrou formalmente a solicitação do conselho por uma Secretaria da Mulher com medidas efetivas, orçamento próprio e políticas públicas reais, argumentando que o atendimento à mulher não pode ser um "puxadinho" de outras secretarias.



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300
CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19
E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br
Site: www.camarasalto.sp.gov.br

Apresentou questionamentos técnicos sobre fluxo de atendimento entre setores, diálogo entre serviços, porta de entrada oficial, programas federais aplicados em Salto, conduta da polícia na ausência de delegada especializada e estratégias de proteção. Suelen também sugeriu capacitação permanente a profissionais que atuam no atendimento às mulheres com perspectiva de gênero, argumentando que feminicídio é degrau final de escalada de violência que começa de forma sutil. Finalizou com reflexão simbólica sobre cadeiras vazias representando histórias interrompidas que poderiam ter sido evitadas. Como resposta, a Secretária de Ação Social reconheceu a importância do conselho e comprometeu-se a trabalhar em conjunto, embora tenha esclarecido limitações orçamentárias para criação imediata de secretaria.

Natália Aguiar, secretária do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR), trouxe perspectiva fundamental sobre raízes da violência, argumentando que feminicídio não acontece do nada mas é construído através de palavras e atos cotidianos naturalizados. Apresentou frases comuns que corroboram para violência, como "você está louca, ninguém vai acreditar em você" e "sem mim você não é nada", demonstrando como violência psicológica precede violência física. Natália enfatizou que mulheres negras sofrem violência ainda mais profunda, citando que 62% das vítimas de feminicídio no Brasil são mulheres negras. Destacou importância do recorte racial nas discussões sobre violência contra mulher. Apresentou análise sobre violência patrimonial e financeira como formas silenciosas de aprisionamento, exemplificando com frases como "você não precisa trabalhar, eu sustento a casa" que colocam mulheres em situação de submissão. Argumentou que falta de estrutura de apoio, seja do poder público ou familiar, faz com que mulheres retornem a relacionamentos abusivos, finalizando em morte. A contribuição de Natália gerou reconhecimento da importância de perspectiva interseccional nas políticas públicas, com a Secretária de Ação Social posteriormente reforçando necessidade de trabalho integrado considerando múltiplos recortes.

Lucas Bett, representando o Conselho da Diversidade, reafirmou que mulheres trans são mulheres, posicionamento baseado em mais de 100 anos de pesquisa e acúmulo de conhecimento. Argumentou que estrutura que permite violência contra mulher é mesma que permite pai matar filho por lavar louça, que permite agressão a mulheres trans e invisibilização de pessoas trans. Enfatizou que machismo e patriarcado são estruturas que transpassam todos e que pensar fim do feminicídio sem pensar fim dessa estrutura cultural é impossível. Lucas fez



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

chamado importante ao reconhecer que sofre violência pela estrutura machista como homem que solidariza socialmente enquanto tal, trazendo perspectiva de que luta deve ser conjunta. Apresentou três frentes: ensino na escola do desmonte da cultura machista, formação de polícias e servidores para acolhimento adequado, e continuidade de políticas públicas ao longo do ano todo, não apenas em momentos pontuais. Sua contribuição gerou resposta positiva da Secretária de Ação Social, que reconheceu importância de educação e trabalho cultural como ferramentas de transformação.

Zuleide Rufino, representando conselho de promoção da igualdade real, enfatizou que discussão não é apenas sobre março mas sobre decorrer do ano e da vida cotidiana das mulheres. Destacou tristeza diante do alto índice de mulheres tendo suas vidas extintas, deixando filhos desmotivados e desorientados, pois ato de feminicídio tem reflexo negativo absurdo no futuro. Ampliou discussão para além de questão de gênero, incluindo questão racial e respeito à orientação sexual de cada um, argumentando que se trata de respeito ao ser humano. Pediu urgência e emergência para mudança de quadro, solicitando ações efetivas tanto ao legislativo quanto ao executivo. Enfatizou necessidade de sensibilização de toda população, não apenas mulheres, e de colocar mão na consciência para fazer algo em relação à situação. Fez correção importante sobre linguagem, esclarecendo que não é "opção" sexual mas "orientação", pois ninguém escolhe ser como é. Sua contribuição reforçou necessidade de abordagem interseccional e inclusiva nas políticas públicas.

Daiane Ciqueira, representando CREAS, fez fala em nome de todos os trabalhadores e trabalhadoras da assistência social e outras políticas do município, destacando empenho de funcionários para atender mulheres vítimas de violência. Informou sobre trabalho intersetorial realizado em agosto do ano anterior com Conselho da Mulher, Casa do Servidor, Guardiã Maria da Penha e CREAS, incluindo palestras para mais de 750 adolescentes de ensino médio sobre prevenção. Descreveu serviços de convivência realizados nos CRAS com objetivo de fortalecer vínculos e autonomia das mulheres. Explicou que CREAS realiza atendimento intensificado quando mulher sai do ciclo de violência, com equipes de prontidão. Informou sobre fluxo com saúde através de ficha de notificação quando mulher vai ao hospital com questão de violência. Destacou trabalho com escolas onde mulher se sente segura para relatar violência. Esclareceu que atendimento que era feito na Casa da Mulher foi mantido após fechamento, sendo mulheres atendidas por assistente social e psicólogo e encaminhadas ao CREAS. Elogiou trabalho da



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

Guardiã Maria da Penha como excelente, reforçando segurança das equipes que atendem com risco de agressor próximo. Enfatizou que trabalho é muito criterioso e cuidadoso, não podendo divulgar todas as estratégias para não comprometer segurança das mulheres. Sua contribuição gerou reconhecimento de que serviços existem mas precisam de melhor integração e continuidade.

Marilena Matiuzzi, advogada há 41 anos em Salto com foco em defesa de mulheres e representante do Conselho Municipal de Políticas Culturais, parabenizou iniciativa da audiência pública como momento importante de reflexão e ponto de partida para medidas concretas. Argumentou que cultura molda comportamentos, valores e forma como sociedade enxerga mulher, e que violência não é apenas resposta a ato mas enfrentamento de mentalidade que sustenta isso. Enfatizou que mentalidade construída ao longo de milênios pode ser transformada no campo cultural através de literatura, teatro, música e ações culturais que criem narrativas questionadoras e sensibilizadoras. Destacou papel importante do Conselho de Cultura em fomentar espaços de escuta, incentivar projetos que deem voz às mulheres e levar debate para onde vida acontece. Comprometeu-se a propor ações junto ao Conselho Cultural. Argumentou que realidade impõe urgência que exige estrutura, pedindo criação de Secretaria da Mulher ou ao menos provisoriamente diretoria da mulher junto à Secretaria da Ação Social. Enfatizou que cidade que estrutura esse cuidado diz algo claro sobre si mesma: que não aceita violência contra mulher como destino. Sua contribuição foi acolhida como importante perspectiva sobre transformação cultural necessária.

Maria Eliene, da Guarda Municipal e patrulha Guardiã Maria da Penha, reforçou necessidade de urgência em serviços especializados, destacando maior dificuldade: horários da Delegacia da Mulher e atendimentos. Informou que quando acolhem mulher vítima de violência em período noturno ou finais de semana, não têm onde deixá-la, precisando devolvê-la ao mesmo local de violência. Enfatizou que essa é maior dificuldade das guardas municipais lutando pela causa: acolher mulheres mas não ter onde colocá-las em finais de semana e períodos noturnos, mesmo que por curto período. Sua contribuição gerou resposta da Secretária de Ação Social informando que está em andamento acordo de colaboração com organização social para acolhimento inclusive em finais de semana.

Andrea Ferreira, presidente da OAB Salto, agradeceu composição da mesa e destacou importância de colocar lado a lado poder público e conselhos com protagonismo. Parabenizou



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

presença de três conselhos bem representativos (Defesa Direitos das Mulheres, Igualdade Racial, Diversidade) e Conselho de Políticas Culturais. Agradeceu especialmente presidenta da comissão de mulheres advogadas, Dra. Vanessa, representando todas as mulheres advogadas. Argumentou que políticas públicas se fazem com efetividade, conhecimento e sensibilidade, e que dois pontos fundamentais são custeio e previsão orçamentária dentro de eixo bem determinado. Enfatizou que trabalham com pessoas, mulheres e servidores públicos que honram serviço público, mas isso não é suficiente. Pediu mais efetividade e atuação integrada diante das redes. Criticou filosofia de soluções pontuais que servem para momento mas não para continuidade, não restabelecendo dignidade das mulheres nem da sociedade. Concluiu que sem efetiva integração de todos os elos, pessoas e poderes, sociedade permanecerá movida por cultura machista e misógena. Sua contribuição foi reconhecida como importante perspectiva jurídica sobre necessidade de estruturação formal.

Lígia Fanchini, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, complementou fala sobre serviços de convivência da ação social, informando que CRAS é porta de entrada e convida mulheres a conhecer o serviço. Descreveu trabalho com fortalecimento de vínculos para que mulheres tenham autonomia, incluindo parceria com Guardiã Maria da Penha. Informou sobre trabalho com mulheres idosas para que tenham conhecimento e acesso à informação sobre disponibilidade de CRAS, CREAS e ação social. Trouxe ponto importante para discussão: não há saúde para mulheres trans na cidade de Salto, sendo mulheres obrigadas a buscar atendimento em outras cidades. Informou que outras cidades não podem mais ajudar porque cada um precisa comprar medicamentos e ser atendido em seu município. Descreveu situação como desumanização e invisibilização de existência. Informou que médicos, principalmente endocrinologistas, recusam-se a atender mulheres trans do município, alegando não saber como atender, quando se trata de tratamento tabelado com simples hemograma. Trouxe para discussão necessidade de ambulatório trans na cidade de Salto. Sua contribuição gerou reconhecimento da importância de incluir mulheres trans nas políticas públicas de saúde.

Júlia Fabiana, do Conselho Municipal da Diversidade, destacou gravidade da ausência de abrigo em Salto, argumentando que quando mulher decide sair de situação indesejável, abrigo seria muito importante pois continuar em coabitação com agressor é extremamente perigoso e momento em que feminicídio tende a acontecer. Pontuou importância de trabalho com cultura e educação, não apenas com jovens mas também com pais e mestres para identificar



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

quando começam a aparecer atos e expressões exemplificando aderência a ideologia extremista com machismo no cerne, como ideias Redpill. Mencionou que um dos expoentes dessa ideologia, Thiago Schutz, foi preso em Salto, indicando que ideologia tem capilaridade social. Sugeriu conscientização nas escolas com jovens e pais mestres. Também sugeriu conscientização com meninas para aprenderem a identificar abuso, pois menina muito jovem às vezes não entende que o que está acontecendo não deveria acontecer. Enfatizou que "não" da menina tem que valer, que não pode ser um "não" sem valor. Sua contribuição foi reconhecida como importante perspectiva sobre prevenção desde idade jovem.

Azevedo, GCM há 3 anos na Guardiã Maria da Penha, expressou tristeza com feminicídio ocorrido, destacando que feminicídio tem cheiro, sangue, dor e tristeza. Argumentou que mulher em situação de violência doméstica precisa muito mais que discursos e papéis, precisa de apoio, empatia e acolhimento. Enfatizou que veem violência não pela TV mas quando vão em casa de alguém com cinco filhos vivendo sendo violentada. Destacou que agressor também precisa de ajuda pois quem agride está doente. Argumentou que não existe "elas e eles" mas seres humanos que cuidam de seres humanos. Mencionou que em Salto tiveram feminicídio mas também mulher que se enforcou, possivelmente por violência psicológica, e isso também deve entrar na conta. Criticou quantidade de leis sem cumprimento efetivo, perguntando quantas vezes vão na casa de alguém que está precisando. Informou que Salto tem cerca de 300 mulheres assistidas pela Guardiã Maria da Penha e convida população a conhecer programa. Enfatizou necessidade de integração entre conselhos e setores para fazer diferença, pois senão será apenas discurso. Argumentou que caminho é de todos, não apenas de mulheres, e homem tem que assumir responsabilidade. Respondeu pergunta sobre protocolo automático de busca ativa informando que quando recebem situação de violência doméstica fazem acolhimento e encaminhamentos ao CRAS, CREAS, hospital, OAB. Informou que também cuidam de crianças, acionando Conselho Tutelar para harmonizar situação, pois entendem que violência doméstica causa mal muito grande. Informou que quando não há suporte suficiente no município, buscam ajuda em outras cidades como Indaiatuba. Sua contribuição foi reconhecida como exemplo de dedicação e comprometimento com causa.

Daniela, cidadã, trouxe perspectiva importante sobre falta de ações preventivas com crianças nas escolas municipais. Questionou por que não há ações com crianças da rede municipal, argumentando que se fala muito de ações depois que situação fica grave. Mencionou



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

que tema mexe muito com ela pois recebeu telefonema de prima que sofreu tentativa de feminicídio no mês anterior. Expressou impotência de não poder solucionar e fazer nada. Questionou o que será feito quanto a orientação de crianças. Trouxe crítica sobre falta de engajamento de mais mulheres, argumentando que têm informação mas precisam de mais mulheres e que precisam encontrar maneira de trazer mais mulheres ou ir até elas, talvez fazer audiência em bairro. Finalizou com reflexão sobre dois momentos: dinheiro e poder, argumentando que é dentro da política que se fazem políticas públicas e que mulheres também estão falhando por não ocupar esses lugares. Questionou quantas mulheres ocupam 11 cadeiras da Câmara e argumentou que sem equidade no executivo não será efetivo. Sua contribuição gerou resposta da Secretária de Ação Social sobre trabalho realizado e resposta de vereador sobre necessidade de participação da sociedade em discussões orçamentárias.

Elide, cidadã e participante do Conselho da Mulher, trouxe perspectiva crítica questionando se tudo funciona tão bem por que estão ali. Mencionou experiência como voluntária na Casa da Mulher que fechou e que engloba Jardim Marília. Relatou experiência em pré-conferência da mulher de Salto onde quase apanhou de mulheres quando disse que era direito adquirido mulher poder usar acompanhante no hospital. Mulheres responderam que não podiam, que passaram no dia anterior e não era permitido. Descreveu-se como farmacêutica e computista obstinada pelo SUS, reconhecendo que no papel é incrível mas falta dinheiro para ser realmente incrível. Relatou que mulheres de Marília, Santa Cruz e bairros vizinhos disseram que polícia diz para sair com filhos se quer sair, e que Lei Maria da Penha não funciona, não chega. Argumentou que Salto é cidade pequena onde lei não funciona. Criticou que todos falam de seus pedacinhos e recortes tentando fazer diferença mas que o mínimo é fazer o que tem que ser feito. Mencionou que representantes de Conselho da Diversidade brigam por reconhecimento básico de mulher trans como mulher. Mencionou que ela mesma veio à casa falar sobre medo de se posicionar como mulher lésbica. Questionou se tá faltando educação continuada. Criticou ausência de vereadores na reunião, perguntando cadê todos os vereadores, cadê homens nas redes sociais da cidade falando sobre feminicídio. Mencionou que não viu nada sobre mulher que morreu dentro de casa sozinha. Questionou se tá funcionando e para quem. Sua contribuição foi reconhecida como importante perspectiva de sociedade civil sobre falta de resultados na ponta.



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

Analice Machado, do Conselho dos Direitos da Mulher, trouxe pergunta simples mas importante: enquanto mulher sofre pós-violência saindo de casa, ficando longe de filhos, tendo acompanhamento, agressor continua vida naturalmente. Nem todos são presos, e pós para ele é só continuar vivendo enquanto mulher tem todo esse ônus. Questionou se é assim que ocorre de fato. Recebeu resposta de Maria Eliene informando que nos últimos 6 meses fizeram aproximadamente 18 prisões em flagrante quando agressor retorna e mulher aciona aplicativo. Informou que fazem trabalho de procurar essas pessoas para tentar entender lado dele e orientá-lo a não se aproximar. Fazem acompanhamento constante de mulheres mais vulneráveis e em maior risco. Informam que têm comunicação constante com mulheres através de celular e quando são importunadas comunicam à Guarda que procura agressor para orientar. Se não conseguem, usam outros meios e comunicam Ministério Público para alternativas mais drásticas.

Heidi Rodrigues, do Conselho da Diversidade e Conselho da Juventude, trouxe perspectiva sobre esporte como pauta importante. Mencionou ocorrência com Comitê Olímpico Internacional sobre atletas trans, destacando que mulheres trans como mulheres cis são deixadas de lado no esporte se apresentam vantagem biológica, enquanto homem que quebra recordes é capaz de ser mulher. Argumentou que esporte é coisa que seria interessante para vida das mulheres pois quantas mulheres adultas vão jogar futebol como é comum para homens. Sugeriu inserir atividades voltadas para mulher como aulas de defesa pessoal, que Secretaria de Esporte oferece taekwondo e judô. Sugeriu projeto de defesa pessoal para mulheres como empoderamento. Mencionou exemplo de boxeadora da Argélia na Olimpíada onde insinuavam que era atleta trans quando na verdade era atleta feminina de país contra direitos LGBT. Argumentou que se fosse atleta trans não chegaria no time olímpico da Argélia. Sugeriu que cidade tenha bom exemplo como contrapartida a péssimos exemplos que vê.

Natalia Aguiar fez pergunta sobre quanto tempo dura acompanhamento de mulheres que fazem medidas protetivas e se acompanhamento continua se voltam para ambiente violento. Recebeu resposta de Dayane do CREAS informando que têm mulheres em acompanhamento há anos, que ciclo de violência é comum na maioria das situações. Informou que acompanhamento pode durar anos, não tem como mensurar, depende da mulher. Informou que esse ano têm oito mulheres sendo acompanhadas pelo CREAS entre janeiro e fevereiro especificamente com questão de violência. Ano passado tiveram 36 mulheres acompanhadas o ano inteiro, não é



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

número de medida protetiva que são 200. Informou que têm fluxo com Guardiã Maria da Penha onde todas as mulheres acompanhadas pela Guardiã recebem oferta de serviços do CREAS e saúde respeitando autonomia dela. Serviços ficam de portas abertas para receber em qualquer momento.

A Secretária de Ação Social, Claudia Cardoso Barichello Rodrigues, apresentou resposta abrangente do poder público. Explicou que Secretaria da Ação Social funciona como órgão que trabalha com sociedade em si, enquanto Casa do Servidor trabalha com servidores. Informou que fizeram trabalho em conjunto durante agosto lilás com palestras para homens e mulheres sobre violência. Respondeu sobre atendimento em horário comercial informando que município está buscando visitar outros municípios pois demanda de violência contra mulher aumentou muito. Informou que estão em empenho de fazer acordo de colaboração com organização social para acolher mulheres inclusive quando Guardiã precisa levar em fim de semana. Informou que CREIAS funciona em horário comercial mas fazem acompanhamento de mulher durante semana que precisa apoio e estão buscando alternativas. Apresentou informação importante sobre Casa da Mulher: não era acolhimento mas local de atendimento que encaminhava. Informou que atendimento que era feito lá foi mantido após fechamento, sendo mulheres atendidas por assistente social e psicólogo e encaminhadas ao CREAS. Esclareceu que fechamento não significou parada de trabalho com violência contra mulher. Informou que CREAS tem 16 profissionais, assistentes sociais e psicólogos trabalhando com pessoas em situação de violência. Reconheceu dificuldade de não ter espaço para deixar mulher em finais de semana e informou que estão fazendo reunião com organização social para acordo de cooperação, esperando até junho ou julho ter esse espaço de acolhimento. Argumentou que necessidades da população são ilimitadas mas recursos são limitados, precisando fazer escolhas inteligentes e eficientes. Informou que Dra. Daniela Hana ficou doente e se afastou, estando sem delegada, mas que geral foi a São Paulo conversar com Dr. Nico e amanhã chegará nova delegada que refará reconhecimento da cidade e nessa semana terão delegada. Informou que estão fazendo delegacia da mulher em espaço separado da delegacia porque entendem que ambiente muito masculino de delegacia é diferente de DDM. Informou que delegacia está terminando, provavelmente final de abril ou começo de maio, com inauguração do espaço no primeiro andar onde terão CREAS. Argumentou que comitê consegue mapear cidade e verificar ações efetivas. Enfatizou necessidade de trabalhar sociedade que está doente, precisando melhorar homens, mulheres, adolescentes, idosos. Argumentou que quando fala comitê significa



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

chamar pessoal da Maria da Penha, educação, saúde, OAB, todos os conselhos. Informou que faltaram muitos conselhos na reunião. Argumentou que conselho da pessoa com deficiência tem mulher agredida, conselho da criança e adolescente tem adolescente agredida, todos têm que trabalhar junto. Enfatizou que se não trabalham junto, não adianta ter Secretaria da Mulher. Argumentou que secretaria da Mulher não vai fazer tudo que precisa fazer pois precisam trabalhar juntos. Informou que precisa trabalhar mulheres dos bairros mais carentes como Jardim Marília onde tá maior violência. Informou que sexta-feira foi lá e falou para deputado que precisam de CRAS lá. Argumentou que precisam trabalhar com secretaria de desenvolvimento para desenvolver políticas para mulheres em situação de vulnerabilidade. Informou que precisam chegar mulheres na UBS e em todos os lugares. Mencionou Cáritas como porta de entrada fantástica. Respondeu pergunta sobre empoderamento de servidoras informando que Casa do Servidor trabalha com psicólogo e assistente social. Sua resposta foi reconhecida como importante esclarecimento sobre estrutura existente e limitações orçamentárias.

Raissuli Hudson Ferraz da Silva, Subsecretário de Governo/Relações Institucionais, parabenizou encontro e comissão de organização. Parabenizou Cláudia por fala fantástica. Reconheceu que poder público está representado e que não se negou a ver e discutir pauta. Argumentou que importante que pessoas que compõem sociedade participem e entendam anseio de mulheres, que plenária deveria estar lotada de homens para entender desafio de cada uma. Informou que receberam solicitação de Conselho de Igualdade por secretaria de igualdade, reconhecendo que todos são importantes mas questão é que não têm orçamento. Argumentou que não é dizer que não querem fazer mas que discutem PPA, LDO, Lei Orçamentária e sociedade precisa começar a participar para entender orçamento público. Informou que vereadora fez 23 emendas no PPA para contemplar questão de mulheres, diversidades etc. Convidou população a participar de discussão de orçamento público. Reforçou que poder público momento nenhum vai deixar de participar de políticas públicas ou não quer fazer secretaria de igualdade racial ou Secretaria das Mulheres. Argumentou que passaram situação financeira muito complicada no município. Pediu cuidado e paciência para tratar tema de criação de secretaria. Sua resposta foi reconhecida como importante esclarecimento sobre limitações financeiras municipais.



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

Vereador Edemilson Pereira dos Santos, presidente da comissão de organização, cumprimentou Dra. Graziela e todos os representantes trazendo propostas que façam diferença na comunidade. Informou que juntamente com Dra. Graziela e vereador Arildo estão abertos para ações e para discutir e ampliar cada apontamento feito. Informou que na ata da comissão vão elencar ponto a ponto e fazer devidos encaminhamentos. Ressaltou que política pública quando encarada com seriedade transforma em frutos positivos. Ressaltou trabalho desenvolvido por Eliene e Azevedo da Guardiã Maria da Penha, informando que equipe foi criada na gestão anterior e ele esteve na linha de frente nos bastidores na criação do projeto e implantação do botão do pânico. Parabenizou esses dois profissionais como exemplos de dedicação, seriedade, compromisso e responsabilidade. Informou que receberão nova delegada nos próximos dias, sendo ganho muito grande. Informou que vereadora Luzia Vidal e Dra. Grazi têm feito cobranças constantes. Informou que novo espaço da nova secretaria onde terão casa dos conselhos tudo junto trará fortalecimento. Informou que proposta de criação de secretaria que vão encaminhar executivo hoje vem ao encontro de cada apontamento realizado. Ofereceu apoio e disponibilidade de seu gabinete para auxiliar conselhos. Informou que têm orçamento em positivo onde podem fortalecer todos com emendas impositivas. Informou que já fez indicação para alguns conselhos que encaminharam pedido. Pediu que Azevedo tome cuidado para não falar sozinho, que todos têm que se conhecer e ter formatação em conjunto. Sua contribuição foi reconhecida como importante posicionamento do legislativo em apoio às propostas.

ANÁLISE DOS DADOS APRESENTADOS

O documento apresentado pela Vereadora Graziela Costa Leite constitui um diagnóstico estruturado e fundamentado sobre a situação das mulheres em Salto, articulando dados locais com contexto nacional para demonstrar que a violência contra mulheres não é um problema abstrato ou distante, mas uma realidade concreta que exige resposta imediata do poder público municipal. A apresentação organiza-se em torno de três eixos principais: direitos que o município deve garantir, dados que comprovam a demanda real, e políticas públicas que estão ausentes ou insuficientes.

No eixo de direitos, o documento estabelece com clareza que o município tem obrigação de garantir vida e segurança, saúde da mulher e atendimento especializado, além de autonomia e dignidade. Essa estrutura não é meramente aspiracional; ela está fundamentada na Lei Maria da



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

Penha, que exige ações articuladas entre Município, Estado e União com serviços especializados e atendimento contínuo. O documento reforça um ponto crítico: quando a rede de proteção enfraquece, o risco aumenta, e direito formal sem rede efetiva vira promessa vazia. Essa afirmação é particularmente relevante para Salto, onde existem 200 mulheres com medidas protetivas ativas e acesso ao botão do pânico vinculado à Guarda Civil Municipal, mas a infraestrutura de acolhimento e proteção permanece fragmentada.

Os dados apresentados sobre Salto revelam uma demanda incompatível com a narrativa de "falta de demanda" frequentemente utilizada para justificar inação. A estimativa de 400 a 500 ameaças anuais, 250 a 350 lesões corporais dolosas, aproximadamente 150 solicitações de medidas protetivas e 30 a 50 casos de estupro de vulnerável demonstram que a violência contra mulheres é um fenômeno estrutural e recorrente no município. Considerando que Salto tinha população estimada de 141.111 pessoas em 2025, esses números indicam uma prevalência significativa que não pode ser ignorada ou minimizada. A leitura política é direta: a demanda existe, é mensurável e a rede de proteção precisa ser ampliada proporcionalmente.

O contexto nacional reforça a urgência. Em 2025, o Brasil registrou 1.568 feminicídios, representando um aumento de 4,7% em relação a 2024, consolidando um recorde histórico. No estado de São Paulo, o cenário é ainda mais alarmante: houve um aumento de 96,4% nos casos de feminicídio entre 2021 e 2025, passando de 136 para 270 vítimas. Esses números não são abstratos; eles revelam que a violência letal contra mulheres segue crescendo no país e exige prevenção, proteção e resposta imediata do poder público. O documento também destaca que 66,3% dos feminicídios ocorrem dentro de casa e que 62,6% das vítimas são mulheres negras, evidenciando que a violência é tanto um problema de gênero quanto de raça e que ocorre nos espaços que deveriam ser de proteção.

A análise das políticas públicas ausentes ou insuficientes em Salto identifica seis lacunas críticas. Primeiro, a Casa da Mulher Saltense foi fechada ou desativada sem demonstração técnica robusta ou política substitutiva equivalente, representando um retrocesso institucional direto. Segundo, o atendimento especializado está fragilizado, com menos acolhimento, orientação, apoio psicossocial e acompanhamento contínuo. Terceiro, não há Delegacia da Mulher funcionando 24 horas, deixando mulheres em situação de violência sem resposta especializada fora do horário comercial. Quarto, a equipe multidisciplinar é insuficiente; psicologia, serviço social e orientação jurídica precisam estar disponíveis de forma



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

permanente, não esporádica. Quinto, falta um abrigo seguro e sigiloso para proteção imediata em casos de alto risco, forçando mulheres e seus filhos a serem deslocados para fora do município. Sexto, a prevenção segue pulverizada, com transporte, escolas, saúde, assistência e segurança operando sem a mesma densidade de rede integrada.

O documento também contextualiza a aprovação, no Senado em 24 de março de 2026, do projeto de lei que criminaliza a misoginia. A proposta define misoginia como a conduta que exterioriza ódio ou aversão às mulheres e inclui crimes praticados por esse motivo na Lei nº 7.716/1989 e no Código Penal, com pena prevista de 2 a 5 anos de reclusão além de multa. Embora ainda em tramitação na Câmara dos Deputados, essa iniciativa reforça o dever municipal de prevenção, acolhimento e denúncia, além de dar mais visibilidade jurídica ao ódio contra mulheres. A mensagem central é que misoginia não é opinião; é violência.

As prioridades práticas propostas para uma política pública municipal de proteção às mulheres incluem: reativar a Casa da Mulher com acolhimento, orientação e articulação da rede; fortalecer a Delegacia da Mulher e fluxos de denúncia; criar um centro de referência com equipe multidisciplinar permanente (psicologia, serviço social, orientação jurídica); garantir acesso digno à saúde da mulher, incluindo ginecologia, mamografia, LIBRAS e estrutura adequada para maternidade; e implementar ações de prevenção e autonomia, como Agosto Lilás, Sinal Vermelho, combate ao assédio e apoio à autonomia econômica.

O documento encaminhado ao Ministério Público sustenta que o cenário atual exige fortalecimento da rede de proteção, não sua redução. Essa posição é fundamental para Salto, onde a fragmentação de serviços aumenta a invisibilidade das vítimas, dificulta interromper o ciclo de violência, reduz o acesso à escuta e orientação, e eleva o risco de desfechos graves e letais. A apresentação conclui com uma afirmação potente: celebrar também é reconhecer o que ainda precisa mudar. Defender as mulheres é defender a vida, a dignidade e a justiça.

ENCAMINHAMENTOS FINAIS

De antemão, registra-se a elaboração de uma Carta Pública proposta no âmbito da Reunião Pública. Após amplo debate, foi aprovada e assinada pelos participantes. Delibera-se, ainda, pelo seu encaminhamento ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal de Salto, como manifestação formal da sociedade civil e das instituições presentes. Ressalta-se que a referida Carta passa a integrar o presente relatório na condição de documento anexo.



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300
CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19
E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br
Site: www.camarasalto.sp.gov.br

A Carta Pública expressa o posicionamento coletivo em defesa da criação da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres em Salto/SP, destacando a necessidade de uma estrutura institucional permanente, com dotação orçamentária própria, equipe multidisciplinar e atuação intersetorial. O documento enfatiza a importância de fortalecer o enfrentamento à violência de gênero, promover a autonomia das mulheres e garantir a efetividade das políticas públicas, por meio de ações integradas, serviços de acolhimento, campanhas educativas e adequada previsão orçamentária, solicitando, ao final, o envio de Projeto de Lei pelo Poder Executivo para sua instituição.

Para além da Carta pública, há a sugestão de várias indicações. Tais como:

Indicamos ao Poder Executivo que estabeleça, com caráter de urgência, uma Secretaria Municipal da Mulher com orçamento próprio, estrutura administrativa independente e equipe multidisciplinar permanente. A criação dessa secretaria não deve ser condicionada apenas à disponibilidade orçamentária futura, mas deve ser priorizada através da alocação de recursos já existentes no orçamento municipal. A Secretaria da Mulher deve funcionar como órgão coordenador de todas as ações relacionadas à violência contra mulheres, articulando de forma permanente com Saúde, Assistência Social, Educação, Segurança Pública, Cultura e Justiça, garantindo que a prevenção, proteção e acolhimento não permaneçam pulverizados entre diferentes secretarias sem integração adequada.

Indicamos ao Poder Executivo que reative imediatamente a Casa da Mulher Saltense ou crie estrutura equivalente que funcione como centro de referência especializado para acolhimento, orientação psicossocial, apoio jurídico e articulação da rede de proteção. A Casa da Mulher não deve ser um espaço de atendimento apenas em horário comercial, mas deve funcionar com ampliação de horários para acolher mulheres em situação de violência durante períodos noturnos e finais de semana, em parceria com organizações sociais quando necessário. Essa estrutura deve contar com equipe permanente composta por assistentes sociais, psicólogos, advogados e mediadores, garantindo que mulheres tenham acesso a escuta qualificada, orientação sobre direitos, encaminhamentos para rede de proteção e acompanhamento contínuo durante o processo de saída do ciclo de violência.



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

Indicamos ao Poder Executivo que garanta o funcionamento da Delegacia da Mulher em regime de 24 horas, com delegada especializada, equipe treinada em atendimento sensível a mulheres vítimas de violência e infraestrutura adequada que transmita segurança e acolhimento. A delegacia deve estar localizada em espaço separado da delegacia comum, criando ambiente diferenciado que não reproduza a masculinidade excessiva do espaço policial tradicional, conforme já está sendo implementado no novo espaço previsto para final de abril ou início de maio. Além disso, deve haver protocolo de atendimento que inclua notificação automática para CREAS, CRAS, Guardiã Maria da Penha e serviços de saúde quando mulher registra ocorrência de violência, garantindo que a denúncia dispare imediatamente a ativação de toda a rede de proteção.

Indicamos ao Poder Executivo que implemente um abrigo seguro e sigiloso para mulheres em situação de alto risco de violência, com capacidade para acolher mulheres e seus filhos durante o período necessário para reorganização de vida e acesso a políticas de autonomia. O abrigo não deve estar localizado em Salto apenas, mas deve haver acordo com municípios vizinhos para garantir sigilo e segurança, considerando que em casos de risco extremo o deslocamento para fora do município é necessário. Paralelamente, deve haver acordo de colaboração com organizações sociais para acolhimento de mulheres em finais de semana e períodos noturnos, conforme está sendo negociado, garantindo que mulheres acolhidas pela Guardiã Maria da Penha não sejam devolvidas ao mesmo local de violência por falta de alternativa de proteção imediata.

Indicamos ao Poder Executivo que fortaleça e amplie os serviços de saúde para mulheres, incluindo ginecologia, mamografia, planejamento reprodutivo, atendimento a mulheres vítimas de violência sexual, e estrutura adequada para maternidade segura. Especificamente, deve haver criação de ambulatório especializado em saúde de mulheres trans em Salto, com médicos endocrinologistas, psicólogos e assistentes sociais treinados para atendimento sensível, evitando que mulheres trans sejam obrigadas a buscar atendimento em outras cidades ou fiquem invisibilizadas no sistema de saúde municipal. O novo contrato de gestão do Hospital e Maternidade Nossa Senhora do Monte Serrat e AME Salto, com valor anual de R\$ 119 milhões, deve incluir cláusulas que garantam atendimento especializado a mulheres vítimas de violência, com protocolos de notificação para rede de proteção e acompanhamento pós-alta.



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

Indicamos ao Poder Executivo que implemente programa permanente de educação sobre igualdade de gênero, respeito à diversidade e prevenção de violência nas escolas municipais, começando desde os anos iniciais do ensino fundamental. Esse programa deve incluir educação sobre consentimento, identificação de abuso, direito de dizer não, e deve ser dirigido tanto a meninas quanto a meninos, com objetivo de desconstruir ideologias machistas e misóginas que sustentam a violência. Deve haver também capacitação permanente de professores, mestres e pais sobre sinais de violência doméstica, abuso sexual e negligência, para que possam identificar e denunciar situações de risco. Paralelamente, deve haver ações de conscientização sobre ideologias extremistas que têm capilaridade social em Salto, como ideias Redpill, que colocam mulheres em posição de submissão e aumentam risco de violência.

Indicamos ao Poder Executivo que estabeleça protocolo integrado de atendimento a mulheres vítimas de violência, envolvendo Guardiã Maria da Penha, CRAS, CREAS, Delegacia da Mulher, Saúde, OAB, Conselho Tutelar e todos os conselhos municipais relevantes. Esse protocolo deve definir fluxo claro de encaminhamento, responsabilidades de cada setor, prazos de resposta, e mecanismo de acompanhamento para garantir que mulher não caia em vazio entre serviços. O protocolo deve incluir busca ativa de mulheres em situação de vulnerabilidade, especialmente em bairros como Jardim Marília onde a violência é mais concentrada, e deve garantir que acompanhamento de mulher que sai do ciclo de violência seja contínuo e não se interrompa quando ela retorna para ambiente de risco.

Indicamos ao Poder Executivo que amplie e qualifique o trabalho da Guardiã Maria da Penha, reconhecendo a dedicação e comprometimento de seus profissionais, e garantindo que equipe tenha recursos, treinamento contínuo e apoio psicológico para lidar com trauma secundário. A Guardiã deve ter capacidade de fazer busca ativa de agressores que descumprem medidas protetivas, orientação para não reincidência, e acompanhamento constante de mulheres em maior risco através de comunicação regular via celular e visitas domiciliares quando necessário. Deve haver também trabalho com agressores, reconhecendo que quem agride está em situação de adoecimento e pode se beneficiar de orientação, terapia e programas de responsabilização que reduzam reincidência.

Indicamos ao Poder Executivo que fortaleça os serviços de CRAS e CREAS, ampliando equipes de assistentes sociais e psicólogos para garantir acompanhamento contínuo de mulheres em situação de violência. O CRAS deve funcionar como porta de entrada para mulheres que



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

buscam autonomia e fortalecimento de vínculos, oferecendo serviços de convivência, orientação sobre direitos, acesso a programas de transferência de renda e apoio para inserção no mercado de trabalho. O CREAS deve oferecer acompanhamento intensificado para mulheres que saem do ciclo de violência, com equipes de prontidão para atender em situações de crise, e deve manter comunicação constante com Guardiã Maria da Penha, Delegacia da Mulher e Saúde para garantir que mulher receba apoio integrado.

Indicamos ao Poder Executivo que estabeleça programa de empoderamento econômico para mulheres em situação de vulnerabilidade, incluindo capacitação profissional, microcrédito, apoio para empreendedorismo e acesso a políticas de transferência de renda. Mulheres que dependem economicamente de agressores têm dificuldade de sair do ciclo de violência, e autonomia econômica é fator crítico para que possam fazer escolhas livres sobre suas vidas. Deve haver também trabalho com mulheres idosas para garantir que tenham conhecimento e acesso a informações sobre disponibilidade de CRAS, CREAS e ação social, evitando invisibilização de violência contra mulheres idosas.

Indicamos ao Poder Executivo que implemente ações permanentes de prevenção e sensibilização sobre violência contra mulheres, incluindo Agosto Lilás, Sinal Vermelho, campanhas contra assédio sexual e moral, e ações culturais que questionem narrativas machistas e misóginas. Essas ações não devem ser pontuais ou sazonais, mas devem ocorrer ao longo de todo o ano, com participação de diferentes setores, conselhos, organizações sociais e comunidade. Deve haver também trabalho com mídia local para garantir cobertura responsável de casos de violência, evitando sensacionalismo e culpabilização de vítimas.

Indicamos ao Poder Executivo que fortaleça o papel dos conselhos municipais na formulação e acompanhamento de políticas públicas de proteção às mulheres, garantindo que Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, Conselho da Diversidade, Conselho de Políticas Culturais, Conselho Tutelar e todos os conselhos relevantes tenham assento permanente em comitê integrado de violência contra mulheres. Esse comitê deve se reunir regularmente, mapear ações efetivas, identificar lacunas, e fazer recomendações ao executivo e legislativo sobre prioridades de investimento e políticas públicas.



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

Indicamos ao Poder Executivo que implemente programa de capacitação permanente para todos os servidores públicos que atuam no atendimento a mulheres vítimas de violência, incluindo perspectiva de gênero, interseccionalidade, direitos humanos, e protocolos de atendimento sensível. Essa capacitação deve incluir profissionais de saúde, assistência social, educação, segurança pública, justiça e cultura, garantindo que toda rede de proteção funcione com mesma densidade de conhecimento e comprometimento. Deve haver também apoio psicológico para servidores que trabalham com violência, reconhecendo que trabalho com trauma causa impacto emocional.

Indicamos ao Poder Executivo que estabeleça política de participação da sociedade civil em discussões orçamentárias, incluindo PPA, LDO e Lei Orçamentária, para que população entenda como recursos públicos são alocados e possa participar de decisões sobre prioridades de investimento. Mulheres e conselhos devem ser convidados a participar de discussões sobre orçamento, apresentando demandas e justificativas técnicas para criação de Secretaria da Mulher e ampliação de serviços de proteção. Deve haver também transparência sobre como recursos do Investe SUS estão sendo utilizados e como podem ser redirecionados para políticas de proteção às mulheres.

Indicamos ao Poder Executivo que trabalhe com Secretaria de Desenvolvimento para implementar políticas de desenvolvimento territorial que beneficiem mulheres em situação de vulnerabilidade, especialmente em bairros como Jardim Marília onde violência é mais concentrada. Deve haver investimento em infraestrutura, acesso a serviços básicos, geração de renda e oportunidades de trabalho, reconhecendo que pobreza e vulnerabilidade social aumentam risco de violência contra mulheres.

Indicamos ao Poder Executivo que implemente programa de defesa pessoal e empoderamento para mulheres, oferecido pela Secretaria de Esporte em parceria com Secretaria da Mulher, incluindo aulas de taekwondo, judô, boxe e outras modalidades que fortaleçam confiança, autonomia e capacidade de proteção. Esse programa deve ser oferecido gratuitamente em CRAS, CREAS e espaços públicos, com objetivo de empoderar mulheres e reduzir vulnerabilidade a violência.

Indicamos ao Poder Executivo que trabalhe com Conselho Municipal de Políticas Culturais para fomentar projetos culturais que questionem narrativas machistas e misóginas,



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

incluindo literatura, teatro, música, cinema e artes visuais que deem voz a mulheres e criem espaços de escuta e reflexão. Cultura molda comportamentos e valores, e transformação cultural é essencial para reduzir tolerância social a violência contra mulheres. Deve haver também apoio a projetos que tragam debate sobre violência para onde vida acontece, em bairros, escolas, igrejas e espaços comunitários.

Indicamos ao Poder Executivo que estabeleça política de inclusão de mulheres em espaços de poder e tomada de decisão, reconhecendo que sem equidade no executivo e legislativo não será efetivo combate a violência contra mulheres. Deve haver incentivo para que mais mulheres ocupem cargos de liderança, participem de conselhos e comitês, e tenham voz na formulação de políticas públicas que as afetam diretamente.

Indicamos ao Poder Executivo que reconheça que feminicídio é degrau final de escalada de violência que começa de forma sutil, com palavras e atos cotidianos naturalizados, e que prevenção deve começar na infância, na escola, na família e na comunidade. Deve haver compreensão de que violência contra mulheres não é apenas questão de gênero, mas também de raça, classe, orientação sexual e identidade de gênero, exigindo abordagem interseccional que considere múltiplos recortes de vulnerabilidade. Mulheres negras, mulheres trans, mulheres idosas e mulheres em situação de pobreza sofrem violência ainda mais profunda e precisam de políticas públicas específicas que reconheçam suas particularidades.

Indicamos ao Poder Executivo que reconheça que misoginia não é opinião, mas violência, e que aprovação do projeto de lei que criminaliza misoginia no Senado em 24 de março de 2026 reforça dever municipal de prevenção, acolhimento e denúncia. Deve haver trabalho de conscientização sobre o que é misoginia, como se manifesta em atos e palavras cotidianas, e como contribui para escalada de violência contra mulheres. Deve haver também apoio a denúncias de misoginia e trabalho com agressores para responsabilização e mudança de comportamento.

Indicamos ao Poder Executivo que reconheça que homens também sofrem impacto de estrutura machista e patriarcal, e que luta contra violência deve ser conjunta, envolvendo homens como aliados na desconstrução de ideologias que sustentam violência. Deve haver programas de educação e sensibilização dirigidos a homens, adolescentes e pais, com objetivo de transformar cultura e reduzir tolerância social a violência contra mulheres. Deve haver



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

também reconhecimento de que homens que se solidarizam com causa de mulheres sofrem violência pela estrutura machista e precisam de apoio.

Indicamos ao Poder Executivo que implemente inovação na forma de comunicação e engajamento com mulheres, reconhecendo que audiências públicas em espaço único podem não alcançar mulheres de bairros mais carentes. Deve haver estratégia de levar debate sobre violência para onde vida acontece, em bairros, escolas, igrejas, associações comunitárias e espaços de convivência, garantindo que mulheres tenham oportunidade de participar e fazer ouvir suas demandas. Deve haver também uso de redes sociais e mídia local para amplificar mensagens sobre direitos, serviços disponíveis e formas de denúncia.

Indicamos ao Poder Executivo que estabeleça mecanismo de monitoramento e avaliação de políticas públicas de proteção às mulheres, com indicadores claros de resultado, prazos de implementação e responsabilidades definidas. Deve haver relatório semestral sobre progresso na implementação de recomendações, com transparência sobre recursos investidos, serviços oferecidos, mulheres atendidas e resultados alcançados. Deve haver também abertura para crítica construtiva e ajustes de políticas quando não estão funcionando adequadamente.

Indo além das indicações, mas, ainda em âmbito local, propomos:

Conforme o artigo 159 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Salto, propomos Moção de Louvor ao Programa Guardiã Maria da Penha da Guarda Civil Municipal de Salto SP e ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Salto SP, reconhecendo publicamente o trabalho exemplar, dedicado e sensível de todos os seus profissionais no enfrentamento à violência contra mulheres, reafirmando o compromisso municipal com a proteção, acolhimento e promoção de autonomia e dignidade das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

De forma a exteriorizar nossas ações, propomos:

Indicamos a comunicação ao Ministério das Mulheres solicitando assistência técnica e financeira para estruturação de secretaria municipal com padrões federais, considerando que Salto registra 200 mulheres com medidas protetivas ativas, 400-500 ameaças anuais e 150 solicitações de medidas protetivas. O financiamento parcial de equipe multidisciplinar composta



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

por assistentes sociais, psicólogos e advogados através de programas federais é essencial para garantir atendimento especializado contínuo.

Indicamos a comunicação ao Ministério das Mulheres para obtenção de financiamento federal destinado à reativação e ampliação da Casa da Mulher Saltense, que foi fechada sem demonstração técnica robusta ou política substitutiva equivalente. A estrutura deve funcionar em regime de 24 horas com acolhimento noturno e finais de semana, em parceria com organizações sociais quando necessário, garantindo que mulheres acolhidas pela Guardiã Maria da Penha tenham local seguro para permanecer fora do horário comercial.

Indicamos a comunicação ao Ministério das Mulheres para inscrição de Salto em programas federais de capacitação permanente destinados a treinar servidores públicos em atendimento sensível a mulheres vítimas de violência, com perspectiva de gênero e interseccionalidade em toda rede de proteção. Programas como os oferecidos pelo Instituto Maria da Penha e iniciativas de educação continuada federal devem ser acessados para qualificar profissionais de saúde, assistência social, educação, segurança pública e justiça.

Indicamos a comunicação ao Ministério das Mulheres solicitando recursos federais para construção e manutenção de abrigo seguro e sigiloso para mulheres em alto risco de violência, considerando que Salto não possui essa estrutura e mulheres são deslocadas para fora do município. A Lei Maria da Penha prevê responsabilidade federal na garantia de infraestrutura de proteção, e o acesso a fundos federais é fundamental para implementação dessa política pública essencial.

Indicamos a comunicação ao Ministério das Mulheres solicitando recursos e protocolo federal para criação de ambulatório especializado em saúde integral para mulheres trans em Salto, reconhecendo que mulheres trans do município não têm acesso a endocrinologistas e são invisibilizadas no sistema de saúde municipal. O financiamento através da Política Nacional de Saúde Integral LGBT+ é necessário para garantir atendimento digno e especializado.

Indicamos a comunicação ao Ministério das Mulheres solicitando acesso a banco de dados federal sobre feminicídio e violência contra mulheres, incluindo plataformas de monitoramento como o Observatório de Feminicídios, para fortalecer argumentação local com dados comparativos entre Salto, Brasil e São Paulo, permitindo melhor fundamentação de políticas públicas municipais.



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

Indicamos a comunicação à Secretaria Estadual de Políticas para a Mulher solicitando apoio técnico para estruturação de secretaria municipal, com compartilhamento de modelos já implementados em outros municípios paulistas. Legislação, organogramas, fluxos de atendimento e orçamentos de referência são fundamentais para que Salto possa replicar estruturas que se mostraram efetivas em outras localidades do estado.

Indicamos a comunicação à Secretaria Estadual de Políticas para a Mulher solicitando financiamento complementar para manutenção de Delegacia da Mulher em regime de 24 horas com especialização adequada. Considerando que Salto está inaugurando novo espaço em abril ou maio de 2026, recursos estaduais para custeio de pessoal especializado, equipamentos e infraestrutura através de convênio são essenciais para garantir funcionamento contínuo e de qualidade.

Indicamos a comunicação à Secretaria Estadual de Políticas para a Mulher para integração de Salto em rede estadual de acolhimento para mulheres em situação de violência, especialmente para períodos noturnos e finais de semana. Acordo com organizações sociais financiadas pelo estado para acolhimento complementar é necessário, considerando que a Guardiã Maria da Penha não consegue deixar mulheres em segurança fora do horário comercial.

Indicamos a comunicação à Secretaria Estadual de Políticas para a Mulher para inscrição de profissionais de Salto em programas estaduais de capacitação com perspectiva interseccional, considerando que 62% das vítimas de feminicídio em São Paulo são mulheres negras. Treinamento especializado em atendimento a mulheres negras, trans e em situação de vulnerabilidade é fundamental para qualificar a rede de proteção municipal.

Indicamos a comunicação à Secretaria Estadual de Políticas para a Mulher solicitando acesso a protocolo estadual de atendimento a mulheres vítimas de violência, garantindo que denúncia dispare ativação automática de toda rede integrada entre Delegacia, CREAS, CRAS, Saúde e demais setores. Implementação de sistema integrado de notificação entre setores, seguindo modelo estadual, é essencial para evitar que mulheres caiam em vazio entre serviços.

Indicamos a comunicação à Secretaria Estadual de Políticas para a Mulher solicitando financiamento complementar para ampliação de serviços de saúde da mulher em Salto, incluindo ginecologia, mamografia, planejamento reprodutivo e saúde trans. O novo contrato do hospital (R\$ 119 milhões anuais) deve incluir cláusulas de atendimento especializado, e



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

financiamento complementar através de Investe SUS ou programas estaduais é necessário para garantir cobertura integral.

Indicamos a comunicação à Secretaria Estadual de Políticas para a Mulher solicitando integração de Salto em sistema estadual de monitoramento de feminicídios, considerando que São Paulo registrou aumento de 96,4% em feminicídios entre 2021 e 2025. Participação em comitê estadual de prevenção e acesso a dados estaduais são fundamentais para vigilância contínua e implementação de medidas preventivas baseadas em evidências.

Indicamos a comunicação à Secretaria de Estado da Saúde solicitando implementação de protocolo estadual de atendimento a mulheres vítimas de violência sexual no Hospital e Maternidade Nossa Senhora do Monte Serrat. Considerando que Salto registra 30-50 casos de estupro de vulnerável anualmente, capacitação de equipe hospitalar e acesso a medicamentos como contracepção de emergência e profilaxia são fundamentais.

Indicamos a comunicação à Secretaria de Estado da Saúde solicitando financiamento de programa estadual de saúde mental para mulheres vítimas de violência, garantindo acesso a psicólogos e psiquiatras especializados em trauma. O CREAS de Salto possui equipe limitada de psicólogos, e demanda por atendimento especializado é muito superior à capacidade atual, exigindo financiamento complementar através de Investe SUS.

Indicamos a comunicação à Secretaria de Estado da Saúde solicitando criação de ambulatório especializado em saúde trans em Salto, com endocrinologistas, psicólogos e assistentes sociais treinados para atendimento sensível. Mulheres trans do município são obrigadas a buscar atendimento em outras cidades ou ficam invisibilizadas no sistema de saúde, situação que viola direitos e deve ser corrigida através de financiamento da Política Estadual de Saúde Integral LGBT+.

Indicamos a comunicação à Secretaria de Estado da Saúde solicitando garantia de notificação compulsória de todos os casos de violência contra mulheres no sistema de saúde municipal, criando vigilância epidemiológica que dispare ativação automática de rede de proteção. Implementação de ficha de notificação padronizada em todos os serviços de saúde é essencial para garantir que nenhum caso seja invisibilizado.



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

Indicamos a comunicação à Secretaria de Estado da Segurança Pública solicitando programa estadual de capacitação para Guardiã Maria da Penha e polícia civil de Salto em atendimento sensível a mulheres vítimas de violência. Embora Guardiã realize trabalho exemplar, capacitação contínua com foco em direitos humanos e perspectiva de gênero é essencial para qualificar atendimento.

Indicamos a comunicação à Secretaria de Estado da Segurança Pública solicitando implementação de protocolo estadual para busca ativa de agressores que descumprem medidas protetivas, com orientação para não reincidência. Guardiã Maria da Penha realiza esse trabalho informalmente; protocolo formal com recursos adequados e integração com sistema estadual de segurança pública garantiria maior efetividade.

Indicamos a comunicação à Secretaria de Estado da Segurança Pública solicitando financiamento de programa de responsabilização de agressores, reconhecendo que quem agride está em situação de adoecimento e pode se beneficiar de terapia e orientação. Prevenção de violência inclui trabalho com agressores para reduzir reincidência e transformar comportamentos.

Indicamos a comunicação ao Conselho Nacional de Justiça solicitando integração de Salto em programa nacional de proteção a mulheres, expandindo programas já existentes como Botão do Pânico e Medidas Protetivas. Financiamento e suporte técnico para ampliação de programas que se mostraram efetivos são fundamentais para fortalecer rede de proteção municipal.

Indicamos a comunicação ao Conselho Nacional de Justiça solicitando programa de capacitação de juízes e promotores de Salto em Lei Maria da Penha e direitos das mulheres. Garantir que decisões judiciais protejam adequadamente mulheres vítimas de violência é essencial para efetividade de toda rede de proteção.

Indicamos a comunicação ao Gabinete do Governador do Estado de São Paulo solicitando priorização de Salto em programas estaduais de proteção às mulheres, considerando que município registra alta demanda por serviços especializados e está implementando novas estruturas como Delegacia da Mulher 24 horas. Apoio estadual coordenado entre diferentes secretarias é fundamental para garantir sucesso de políticas municipais.



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

Todas as informações sobre a Reunião Pública consta no site da Câmara no seguinte link: <https://www.camarasalto.sp.gov.br/politicas-publicas/category/637-violencia-contra-a-mulher-e-feminicidio-desafios-e-estrategias-de-prevencao-no-municipio>

EDEMILSON PEREIRA DOS SANTOS

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO, BENS, SERVIÇOS, SAÚDE,
EDUCAÇÃO, CULTURA, SERVIDORES, MEIO AMBIENTE E ADMINISTRAÇÃO


GRAZIELA COSTA LEITE
MEMBRO


ARILDO GUADAGNINI
MEMBRO